

O “divórcio grisalho”

Coontz (2010) acredita que o divórcio veio pra ficar, já fazendo parte de uma realidade que compõe o cenário atual da família. Para a autora, a quantidade elevada de separações acompanha a evolução do amor contemporâneo associado ao casamento. De acordo com o IBGE (2007), os números mostram que de quatro casamentos um termina em separação, entretanto essa realidade não é exclusiva do Brasil, mas permeia praticamente todo o mundo ocidental urbano. Féres-Carneiro (2003) constata que o divórcio não significa uma desvalorização da instituição casamento, mas uma consequência da expectativa elevada em relação à vida conjugal. Atualmente já existem muitos estudos sobre a questão do divórcio, tanto na literatura internacional como na nacional. Diversas pesquisas são realizadas acerca das causas e repercussões do divórcio, do impacto sobre os filhos (crianças e adolescentes), da família ampliada, entre outros temas relacionados (Maldonado, 1986; Vaughan, 1991; Porchat, 1992; Jablonski, 1998; Stern Peck & Manocherian, 1985; Gottman, 1994; Amato, 2000; Féres-Carneiro, 2003; Cherlin, 2004; Coontz, 2010).

Amato (2000) chama a atenção para um assunto ainda em discussão na literatura: se o divórcio representa uma crise temporária, a qual muitos se adaptam com o passar do tempo, ou uma fonte de tensão crônica que persiste indefinidamente. Muitos trabalhos defendem a ideia de que as repercussões da separação como infelicidade, angústia, depressão, consumo de álcool e problemas de saúde persistem por dois ou três anos depois da separação, o que se refere ao modelo de crise (Booth & Amato, 1991; Coontz, 2010). No entanto, outros estudos não encontram melhorias no ajustamento das pessoas no período em que se segue à separação, a menos que tenham voltado a se casar, o que sugere que o processo da separação resulta em feridas irreparáveis, embasando assim o modelo de tensão crônica (Degarmo & Kitson, 1996).

Para muitos autores, de uma forma geral, entre os sentimentos mais comumente vivenciados durante e após o processo de separação estão: perda, abandono, solidão, frustração, depressão e arrependimento (Maldonado, 1986;

Stern Peck & Manocherian, 1985; Vaughan, 1991; Féres-Carneiro, 2003; AARP, 2004). Féres-Carneiro (2003) pontua que a mulher, com frequência, além dessas emoções citadas acima, sente também um alívio e uma sensação de maior autovalorização, enquanto o homem frisa, em sua maioria, o fato de se sentir só e com maior dificuldade de reconstruir sua identidade individual. É preciso assinalar, contudo, que tanto o sentimento quanto a maneira pela qual o divórcio é vivenciado dependem de cada situação e de cada casal. Porchat (1992) e Vaughan (1991) enumeram alguns aspectos que influenciam a forma de lidar com a separação: a história individual, a organização psíquica dos cônjuges, a idade dos parceiros, o tempo e a intimidade da união, as razões da separação, a existência ou não de filhos e principalmente as expectativas frente à instituição do casamento.

Vários estudos demonstram que a época de maior risco de separação são os primeiros anos de união de um casal (Stern Peck e Manocherian, 1985; Clarke, 1995). Apesar disso, observam-se hoje, no mundo ocidental, muitos casamentos que terminam durante uma faixa etária mais avançada, decorrente principalmente da crescente longevidade e melhoria da qualidade de vida no envelhecimento (Wu & Schimmele, 2007). Aumenta-se então o número de indivíduos que experienciam uma grande mudança na vida familiar durante períodos mais tardios. É interessante destacar que, enquanto o índice de divórcio dos adultos norte-americanos, de todas as idades, decresceu entre 1980 e 1990, a taxa de separação de pessoas com mais de sessenta e cinco anos aumentou nesse mesmo período (Clarke, 1995). O Canadá também acompanha o movimento, a única faixa etária que oscila crescentemente pertence ao grupo de pessoas que estão com cinquenta anos ou mais (Kingston, 2007).

Pode-se constatar que grande parte dos rompimentos na meia-idade ou velhice é composta de casamentos que duraram algumas décadas - que aqui neste estudo nomeamos de “divórcio grisalho”-, sugerindo a existência de questões específicas da idade e problemas de adaptação no estilo de vida decorrentes desse evento (Wu & Schimmele, 2007; Kingston, 2007). É relevante pontuar que, até bem pouco tempo atrás, a combinação da baixa expectativa de vida após os 65 anos, os tabus sociais e a legislação conservadora do divórcio fizeram com que a separação entre pessoas mais velhas fosse algo incomum. No entanto, de acordo com Cherlin (1990), o divórcio tardio tende a crescer enquanto os *baby boomers*

envelhecem, trazendo com eles atitudes e comportamentos permissivos, liberais e individualistas.

Hoje é possível observar um número relevante de mulheres que permanecem casadas durante vinte anos ou mais e que tomam a iniciativa da separação (AARP, 2004; Sakraida, 2005; Bair, 2010). Atualmente, muitas avós estão separadas e/ou recasadas abandonando, assim, as duas únicas realidades de poucas décadas atrás: ou mantinham-se casadas com o primeiro marido ou, ainda que tornando-se viúvas, não tinham a chance de casar novamente (VEJA, 2003, 2005; AARP, 2004; Bair, 2010; Watson, Bell & Stelle, 2010). Esta tendência não pode ser ignorada; a separação tardia gera repercussões importantes para o bem-estar psicológico, social e econômico das pessoas mais velhas. Assim, buscaremos nos próximos itens nos aprofundar no tema “divórcio grisalho”, reunindo algumas publicações já realizadas. Entretanto, é importante frisar que, até o momento presente, o assunto não foi muito explorado pelo universo acadêmico (Kingson, 2007). Dessa forma, utilizaremos como bibliografia principal duas pesquisas realizadas recentemente nos Estados Unidos: a da revista AARP (2004) - Associação Americana dos Aposentados - e da jornalista “Deirdre Bair” (2010), ambas com enfoque sobre o divórcio tardio.

4.1

O divórcio grisalho: razões, repercussões e desafios

Embora seja razoável prever que o aumento da longevidade geraria uma maior incidência de casamentos mais longos, o que ocorre na realidade das sociedades capitalistas mais avançadas é o contrário: uma diminuição da prevalência de vínculos conjugais de muitos anos conforme a população envelhece (Wu & Schimmele, 2007). A maioria dos estudos transversais sobre a satisfação conjugal ao longo do casamento sugere o formato de “U”, com uma alta satisfação nos estágios iniciais, baixa durante o período intermediário e aumenta novamente a partir da meia idade, quando os filhos já saíram de casa e o casal tem mais tempo para estar junto (Alford-Cooper, 1998). Contudo, estudos longitudinais trazem resultados diferentes, mostrando que talvez esses padrões encontrados sejam exagerados e possivelmente incorretos. O estudo de

VanLaningham, Johnson e Amato (2001), que utiliza dados norte-americanos de um período de mais de dezessete anos, mostra que a felicidade conjugal diminui para além dos primeiros anos do casamento e continua a decrescer ou a se estabilizar ao longo dos últimos anos. Em geral, os estudos longitudinais providenciam um sério desafio à crença de longa data de que a boa qualidade conjugal se ressalta em estágios mais tardios (Silverstein & Giarruso, 2010).

Decorrente do aumento da expectativa de vida e seguindo os dados sugeridos por VanLaningham, Johnson e Amato (2001) em relação à satisfação do casal com o passar do tempo, surge uma maior diversificação na experiência familiar em períodos mais avançados (Silverstein & Giarruso, 2010). Um exemplo disso é o advento da ruptura conjugal em uma época tardia e suas repercussões no meio familiar. O casamento para a vida toda foi viável durante o tempo em que as pessoas morriam mais cedo e as uniões eram baseadas em acordos econômicos (Kingston, 2007). No entanto, o aumento da longevidade e a ênfase na autorrealização estão gerando demandas individuais que não são cumpridas em muitos casamentos duradouros que perduram até a meia-idade ou velhice (Sakraida, 2005). O divórcio, que antes não era considerado uma possibilidade, surge como saída de uma relação insatisfatória ou problemática. Assim, o ideal de um casamento único e feliz vem se tornando obsoleto já que, frequentemente, ele passa a ser incompatível com o desejo baseado na gratificação pessoal e emocional que assola grande parte dos indivíduos nos dias atuais.

É interessante observar que a combinação de traços que caracterizam a sociedade moderna como o individualismo e a descartabilidade (Bauman, 2003), unidos com a elevada expectativa de vida e com a emancipação feminina, fazem com que a taxa da separação tardia esteja vivendo um movimento crescente (Cherlin, 1990). Como vimos, são as mulheres que pedem o divórcio na maioria dos casos no Brasil (Féres-Carneiro, 2003; IBGE, 2007), o que também ocorre com os casamentos de muitos anos dos Estados Unidos e Europa (AARP, 2004; Bair, 2010). Assim, a figura popular do marido grisalho, que faz uso de medicamentos para a disfunção erétil e troca sua esposa mais velha por uma mulher mais jovem é, na realidade, uma ocorrência não tão frequente (Wu & Schimmele, 2007) e surge, na maioria das vezes, com casais cujo poder aquisitivo é muito alto (Bair, 2010). Em grande parte das vezes, o que de fato acontece é

que muitas mulheres deixam seus maridos para estabelecerem uma vida melhor para si (AARP, 2004; Bair, 2010). Para algumas delas, o alcance de certa idade atua como um gatilho para a escolha pela separação (Sakraida, 2005). Além disso, a maioria das mulheres que vivencia o divórcio tardio se sente melhor a respeito de si mesma quando se vê livre da tensão de um casamento conflituoso e infeliz (Rice, 2004).

De acordo com a revista AARP (2004), mais da metade das pessoas que vivem a separação tardia falam de motivos como o “desapaixonamento”, o tédio presente na relação e mudanças pessoais que não são acompanhadas por seu parceiro. Bair (2010) observa certa dificuldade dos casais em andar na mesma direção e no mesmo ritmo, assim como de chegarem juntos às transformações que desejam realizar. A jornalista destaca a fala de um psicanalista sobre as clientes que estavam terminando casamentos de vinte anos ou mais:

“A primeira metade da vida correu bem porque sua adaptação como esposas e mães tradicionais funcionou. Mas, na metade da vida, este ciclo se rompeu e elas procuravam a psicanálise para se reorientarem de acordo com as circunstâncias nas quais se encontravam hoje” (p. 80).

No frágil momento do casamento em colapso, há uma preponderância de casais que recorrem à psicoterapia para auxiliar na comunicação, para “salvar” o casamento ou até mesmo para atuar como um suporte para uma possível separação. Féres-Carneiro (1995) acrescenta ainda que o principal objetivo da terapia de casal é promover a saúde emocional dos parceiros e não a manutenção ou ruptura do casamento. Nas entrevistas de Bair (2010), cerca de 80% das 184 mulheres frequentaram a psicoterapia por um período contínuo, às vezes por anos, antes de pedirem o divórcio. Na fase mais crítica dos últimos anos juntos, quase metade delas solicitou ao marido que fizesse psicoterapia de casal, embora poucos tenham concordado.

A adaptação após o divórcio difere entre aqueles que iniciaram e os que não iniciaram o processo de dissolução de seus casamentos (Pettit & Bloom, 1984). Geralmente, os que decidem se sentem mais angustiados e estressados antes do rompimento, enquanto os que não tomam iniciativa tendem a sofrer mais posteriormente (Amato, 2000). Segundo os estudos de Pettit e Bloom (1984), os que exercem o pedido de separação relatam menos problemas de ajustamento do

que aqueles que não iniciam. No entanto, com o passar do tempo (em torno de dezoito meses), essa distinção diminui de forma significativa.

É curioso observar que quase em todos os casos em que a mulher toma iniciativa da separação, os homens se mostram “estupefatos” ou “chocados” ao receberem o pedido. Eles geralmente pensam que “está tudo bem” (Bair, 2010, p. 60), o que demonstra certa falta de comunicação entre o casal. Pode-se notar que não só os que recebem o pedido de separação frequentemente se sentem surpresos, mas aqueles que solicitam também reagem, muitas vezes, dessa forma. A iniciativa do divórcio nem sempre é planejada com antecedência, considerando que há relatos em que o próprio pedido foi uma reação de situação limite. Na visão de Bair (2010), o caminho do divórcio, para muitos, parece ter sido pavimentado por um sólido acúmulo de insultos e abusos (psicológicos e/ou físicos) durante o casamento até chegar a um determinado ponto em que, na maioria das vezes, só um membro do casal deseja abandonar a vida conjugal.

Bair (2010) sugere, com base em suas entrevistas, que a decisão pelo divórcio se dá, em grande parte dos casos, em função da liberdade almejada. Além do controle financeiro, muitas mulheres, enquanto casadas, precisam se submeter às normas do marido em relação à vida familiar em geral, seus movimentos e escolhas. Porém, Bair (2010) observa que problemas de dinheiro e o medo de não serem capazes de se sustentar sozinhas fazem com que muitas mulheres permaneçam em casamentos infelizes ou posterguem o pedido de divórcio. De fato, parece que esse temor tende a se transformar em realidade, conforme estatísticas que relatam mulheres em pior situação financeira do que os homens após o divórcio (Hoffman & Duncan, 1988; AARP, 2004; Bair, 2010).

Outros medos e incertezas associadas à vida pós-casamento são fortes impedimentos contra o divórcio tardio. Além disso, a longa duração de uma relação contribui para o adiamento de uma separação, às vezes de forma indefinida (Wu & Schimmele, 2007). Tanto mulheres quanto homens afirmaram, nas entrevistas de Bair (2010), que por muito tempo hesitaram em se divorciar porque tinham medo da solidão, maior receio de todos. A pesquisa da AARP (2004) também aponta que o temor principal da vida pós-divórcio é a solidão, seguida de outros fatores citados, principalmente, pelas mulheres, como a

necessidade de enfrentar a vida sozinha, a ameaça das dificuldades econômicas e a incapacidade de não encontrar um parceiro.

Segundo a AARP (2004), 34% das mulheres que pedem o divórcio mencionam o abuso como principal razão, embora não haja um detalhamento se abuso físico, emocional ou verbal. As entrevistas de Bair (2010) mostram um paralelo com o estudo da AARP (2004): a maioria das mulheres alega o “abuso” como motivo fundamental, mas poucas dizem serem vítimas de abuso físico. O abuso físico é mencionado de forma quase que acidental acompanhado de expressões como “não era frequente”, “era esporádico”, “não doía de verdade” ou “só doía por dentro” (p. 48). É importante salientar que as entrevistadas de Bair (2010) que citam a agressão física variam das camadas mais altas até as classes trabalhadoras, o que mostra como a violência doméstica está presente em vários estratos sociais. Além disso, a autora constata que o distanciamento, a falta de comunicação entre a mulher e seu marido, assim como a ausência de afeto são aludidos, com certa frequência, por suas pesquisadas (Bair, 2010).

No estudo da AARP (2004), a infidelidade é apontada como a terceira causa mais citada para o divórcio, depois do abuso (verbal, físico ou emocional) e da incompatibilidade de valores e estilo de vida. Nas entrevistas de Bair (2010), a forma mais comum de adultério é o marido arrumar uma amante; em geral, uma colega de trabalho que se contenta em manter-se com discrição, vivenciando, muitas vezes, um tipo de casamento paralelo. Logo após a infidelidade, o quarto motivo encontrado pela AARP (2004) para as separações é o uso de álcool ou drogas do parceiro.

Outras razões para a separação, mencionadas pelas mulheres são: viagens longas e/ou constantes do marido, desentendimentos em relação aos cuidados dos filhos, morte de um ou ambos os pais, a aposentadoria, entre outros (AARP, 2004; Kingston, 2007; Bair, 2010). No caso das viagens longas, quando os homens moram longe da família por algum tempo, geralmente as mulheres entram no lugar de autoridade e poder do marido. Ao retornarem, eles tentam “reassumir o comando”, muitas vezes de formas desastrosas (Bair, 2010, p. 84). Os filhos, mesmo já adultos, podem gerar estresse em casamentos já conflituosos de tal forma que contribuam para que a relação atinja o seu limite e se rompa. Bair (2010) exemplifica contando casos em que uma atitude extremamente protetora de

um dos parceiros pode atuar como catalisador fazendo com que o casal perceba como são diferentes em suas atitudes, valores e escolhas.

A morte de um dos pais pode ser considerada uma permissão para a pessoa ser o que deseja, principalmente nos casos em que a separação é recriminada por eles (Bair, 2010). Devido ao fato de que, atualmente, as pessoas, com frequência, vivem até uma idade bastante avançada, os casamentos podem também sofrer com a tensão provocada quando um dos pais do casal fica doente ou incapaz e tem de ser levado para a casa do filho adulto ou internado em uma instituição.

É importante considerar que transições de vida como a aposentadoria influenciam no casamento. Nessa fase, de forma geral, os casais permanecem longos períodos em casa juntos pela primeira vez. Segundo Scott (1997), esse momento requer uma reconsideração de como o tempo é aproveitado, as prioridades e questões territoriais. Em um estudo de casais juntos há mais de 50 anos, os mais felizes e satisfeitos com o casamento são aqueles que não interferem na vida do parceiro depois da aposentadoria (Alford-Cooper, 1998). Assim, uma reorganização da vida do casal e o respeito pelas novas atividades do cônjuge são importantes para que a vida a dois se mantenha harmoniosa, mesmo com modificações em sua rotina.

Não se pode negar que o divórcio tardio acarrete uma transformação global de vida e até, muitas vezes, mostre-se como uma experiência estressante e dolorosa (AARP, 2004; Sakraida, 2005; Bair, 2010). Os maiores obstáculos retratados pelos que vivenciam uma separação tardia são: solidão, depressão, dificuldades financeiras e isolamento social (Wu & Schimmele, 2007). Bair (2010) pontua ainda que grande parte das mulheres se sente fracassada logo após tomar a iniciativa pela separação, independentemente dos motivos e das repercussões. No trabalho de Sakraida (2005), baseado em vinte e quatro mulheres de meia-idade que experienciam o divórcio, mais da metade diz ter se sentido deprimida. Para Khel (2003), a pessoa que vivencia um rompimento matrimonial acompanhada de grande sensação de fracasso, geralmente, está presa à ideologia de que o casamento é para sempre, como se significasse um vínculo eterno.

Embora o processo de divórcio seja, comumente, repleto de dores, ódio e culpas (Maldonado, 2000), a maioria dos entrevistados de Bair (2010) não se

arrepende da separação tardia; o que vai ao encontro da visão de Booth e Amato (1991), na qual o divórcio se trata de uma crise temporária, que pode representar uma segunda chance de felicidade. O desejo de uma vida mais satisfatória pós-conjugalidade supera as dificuldades para a maior parte das pessoas que vivenciam o rompimento conjugal numa idade mais avançada (Bair, 2010). Embora vindos de um ambiente social mais conservador, poucos indivíduos de meia-idade ou mais se sentem estigmatizados por seu grupo social.

Os principais benefícios da separação tardia, segundo os sujeitos pesquisados pela AARP (2004), são: a liberdade pessoal, a auto-satisfação, o desenvolvimento de novas identidades e o fim da convivência conflituosa com o companheiro(a). Bair (2010) menciona que o que a mulher mais gosta a respeito da sua vida atual pós-divórcio é de “ser independente, “estar no controle” e “ser responsável” por suas escolhas (p. 348). Estes dados estão de acordo com a pesquisa de Pyke (1994), que mostra a capacidade de um elevado percentual de mulheres viúvas e divorciadas de sobreviver por conta própria, financeira e emocionalmente. Poucas são as mulheres que se descrevem, na investigação de Bair (2010), como “infelizes” e “incapazes de superar”. Elas são, em maioria, as que se autodenominam “abandonadas”, cujos maridos as trocaram por outra parceira (p. 347). De fato, parece que esse tipo de reação é comum entre o grupo já que, de acordo com Stern Peck e Manocherian (1989), em situações em que um dos cônjuges é deixado, possivelmente ele irá sentir vergonha, humilhação, isolamento e falta de desejo de viver uma nova relação. Essas sensações não aparecem ao acaso; o divórcio consiste em uma experiência de perda que é, muitas vezes, comparada ao processo de luto após a morte de um companheiro (Gray & Shields, 1992).

Apesar de sentimentos como ansiedade, depressão e solidão não serem limitados às pessoas que vivenciam a separação tardia, a literatura sugere que a frequência e a intensidade deste grupo são maiores do que quando comparados aos mais jovens (Bogolub, 1995). Entretanto, homens e mulheres, durante as entrevistas de Bair (2010), demonstraram estar levando uma vida agradável e satisfatória pós-divórcio. Muitas delas, que haviam se concentrado apenas na vida familiar, descreveram a dificuldade de se aproximar de outras pessoas, mas o quanto isso foi importante para seu bem-estar físico e mental.

De acordo com Wu e Schimmele (2007), pertencer a um grupo de ajuda específico para pessoas que vivenciam o rompimento de casamentos de muitos anos pode promover estratégias para lidar melhor com os desafios e as dificuldades da separação. No entanto, a pesquisa da AARP (2004) ressalta que apenas 5% das pessoas que se divorciam numa idade mais avançada usam um grupo de apoio qualquer; a grande maioria parece depender do suporte de amigos e familiares. Bair (2010) encontra uma perspectiva diferente: mais da metade dos entrevistados pontuam que, inicialmente, procuram algum tipo de ajuda em grupo, embora a maioria desista logo. Parece então que, em geral, as pessoas colocam mais fé em sua própria capacidade individual de lidar com obstáculos do que em grupos de apoio.

Já no estudo de Sakraida (2005), as mulheres de meia-idade usam uma ampla variedade de recursos para o enfrentamento dos desafios da separação. Todas buscam algum tipo formal de aconselhamento, quer por uma psicoterapia individual ou por algum grupo de apoio. Além disso, a maioria delas dispunha de um significativo círculo de confidentes, composto por amigos e familiares. Portanto, conversar com indivíduos que vivenciam experiências semelhantes também é considerado uma estratégia valiosa pelas entrevistadas.

Em artigo publicado no *The New York Times* (2010), o sociólogo Andrew Cherlin pontua a vantagem da mulher em relação ao homem, em função da relação mais próxima que a mãe geralmente estabelece com os filhos. Possivelmente são os filhos adultos, especialmente as filhas, que auxiliam a mãe quando necessário. De acordo com Shapiro (2003), as mulheres divorciadas apresentam com frequência, uma convivência maior com um dos filhos adultos, do que as casadas. Já os pais separados, ao serem comparados com aqueles que permanecem casados, tendem a ser menos próximos dos filhos adultos. No entanto, alguns homens divorciados afirmam à Bair (2010) que se aproximaram mais dos filhos ou filhas, e especialmente dos netos. Em muitos casos, eles são os patriarcas tradicionais e muito distantes da família e, talvez com a separação, eles se esforcem para se tornar parte da vida dos filhos como jamais tinham feito.

Segundo Aquilino (1994), filhos que passam pela separação dos pais quando ainda muito novos, comumente, apresentam mais dificuldade em se relacionar com eles a longo prazo, do que aqueles que vivenciam a

dissolução mais perto da vida adulta. Outro conceito interessante expresso por diversos autores é o de que “separação, em parte, se aprende em casa” (Amato, 2000; Jablonski, 2009). Em outros termos, os sujeitos com pais separados mostram-se mais inclinados a acreditar que suas futuras uniões serão mais propensas ao divórcio quando comparados aos jovens com pais casados. Além disso, Bair (2010) percebe que grande parte dos filhos adultos do divórcio tardio, homens e mulheres, são menos românticos e mais pragmáticos nos seus relacionamentos. Ela constata também certa dificuldade neles em aceitar a escolha dos pais pelo rompimento, depois de tantos anos de união. Os sentimentos expostos variam entre raiva, revolta e confusão. Apenas uma minoria dos filhos adultos se sente aliviada com o término do casamento dos pais. Assim, o impacto do divórcio tardio dos pais incentiva a família a buscar uma maneira de conciliar os papéis vivenciados no passado com os novos papéis que se encontram pós-separação.

4.2

Vida após o divórcio grisalho: o momento presente e planos para o futuro

Bair (2010) conta que, ao entrevistar vários tipos de profissionais que lidam com o divórcio, desde áreas do direito até saúde mental, observou que todos concordam com o fato de que, geralmente, a superação da separação tardia acontece de três a cinco anos. Após cinco anos, em média, a menos que a pessoa esteja enfrentando situações muito difíceis como a pobreza ou uma doença grave, a maioria se depara aliviada por ter deixado aquilo para trás. No entanto, Bair (2010) destaca um grupo que acredita “ter encontrado uma nova felicidade” muito mais cedo no processo de divórcio: aqueles que já tinham um novo parceiro antes ou durante a separação, ou que encontraram alguém logo em seguida (p. 345).

De acordo com a AARP (2004), a grande maioria dos que vivenciam o divórcio tardio se relacionam afetivamente pós-separação, 87% de homens e 79% das mulheres. Além disso, o número de homens que estabelecem um relacionamento antes mesmo da separação ser concluída foi maior do que o de mulheres.

É importante acrescentar que, na pesquisa de Bair (2010), as norte-americanas separadas e de meia-idade assinalaram, com certa frequência, a dificuldade de encontrar um parceiro. Esse quadro também é encontrado nos relatos das brasileiras pesquisadas por Goldenberg (2009). Tanto no estudo de Bair como no de Goldenberg, muitas mulheres falaram que se ressentiam por ser muito mais fácil para o homem ter um relacionamento do que para elas, muitas vezes, encontrar alguém, mesmo não sendo tão exigentes. Em vários discursos as pesquisadas se referiram à discrepância entre os gêneros em relação à questão afetiva e apontaram a diferença de idade das mulheres escolhidas pelos homens divorciados - que, com frequência, são mais novas ou têm idade igual às suas filhas.

A maioria das entrevistadas de Bair (2010) reclamou da atitude egoísta do homem em relação ao sexo. Algumas falaram que o sexo requer muito esforço, por isso preferiam apenas uma companhia para ir ao cinema, jantar, ver o pôr do sol, alguém para beijar e abraçar. Em uma conversa com algumas mulheres, Bair (2010) percebeu as diferentes avaliações a respeito da vida sexual das mulheres mais velhas, e uma delas resumira a situação nas seguintes palavras:

“Você pode ter sorte, mas provavelmente não terá. Você sempre pode ter a esperança de encontrar um cara legal, mas não é provável que isso aconteça. Algo maluco acontece com esses homens quando estão solteiros novamente, e eu não consigo imaginar o que seja” (p. 301).

De acordo com De Jong Gierveld (2002), não é espantoso que uma significativa parcela de mulheres de meia e terceira idade, divorciadas ou viúvas, prefira continuar vivendo sozinha. Isso porque elas afirmam já ter investido o suficiente no primeiro casamento. Além disso, talvez as mulheres tenham também lidado com conflitos e desavenças por muitos anos. Assim, por essa e outras razões, várias são aquelas que alcançam ou ultrapassam a meia-idade, e optam por cessar sua vida afetiva. Mulheres divorciadas tendem a pesar cuidadosamente os prós e contras antes de entrar num novo relacionamento, ainda mais quando se trata de um recasamento: por um lado, há intimidade com seu novo cônjuge com todas as suas possibilidades de companheirismo; por outro, uma parceria pode ser uma ameaça à independência tão almejada e conquistada pelas mulheres. Deste modo, novos arranjos podem ser uma possibilidade para aquelas pessoas que

desejam vivenciar uma relação mais igualitária, assegurando então a autonomia e independência de cada um. De Jong Gierveld (2002) pontua que, em geral, as pessoas acima de cinquenta anos estão mais abertas para se relacionar no modelo LAT (“*living apart together*”), do que nas formas mais convencionais de arranjo, que envolvem uma convivência de vinte e quatro horas.

A maioria das pesquisadas de Bair (2010) não está procurando um novo companheiro, mas não saberia o que responder caso um “bom partido” aparecesse. As mulheres justificam a desconfiança em entrar em um relacionamento devido às suas experiências anteriores. Porém, tendo em vista a dificuldade de encontrar um parceiro, pode ser que várias mulheres prefiram nem esperar que isso aconteça no intuito de evitar um mal estar, ou seja, no conceito de Festinger (1957), de reduzir a “dissonância cognitiva”. Logo, a mulher se convence de que é melhor permanecer “solteira” do que se frustrar por não encontrar alguém.

Watson, Bell e Stelle (2010), após pesquisa realizada com mulheres que se recasaram entre a faixa-etária de sessenta e cinco e oitenta anos, observaram que a relação afetiva já em uma fase mais tardia pode representar uma oportunidade de serem apreciadas como mulheres novamente, em vez de serem olhadas apenas como mães ou viúvas. O companheirismo é uma característica unânime dentre as participantes, uma qualidade que, geralmente, não é priorizada no primeiro casamento, contudo não pode ser considerada como substituta para intimidade e romance.

As pesquisadas de Watson, Bell e Stelle (2010) se mostraram surpresas ao experienciar novamente o sexo em suas vidas, porém isso foi algo que elas descobriram através de suas próprias vivências. Isso porque o discurso dominante retrata um mito de que as pessoas mais velhas, geralmente, não têm interesse sexual. Para a maioria das entrevistadas, sexo sem casamento não é uma opção, o que é declarado também na pesquisa da AARP (2004): 77% das mulheres divorciadas que não haviam se casado novamente afirmaram nunca fazer sexo, enquanto apenas 49% dos homens disseram o mesmo.

Segundo Bair (2010), a maior parte das pessoas que mantém sua vida sexual ativa é da faixa dos cinquenta anos: 85% das mulheres e 81% dos homens. Mais mulheres do que homens afirmaram que “dá muito trabalho” (p. 289) estabelecer novas e duradouras relações íntimas. Desta forma, preferiam

permanecer sozinhas ou sair de vez em quando para se divertir um pouco e depois voltar pra casa para “dormir na própria cama” (p. 289). Os filhos adultos, que vivem com suas mães de meia-idade, podem também afetar a vida afetiva e sexual da mulher divorciada. Grande parte delas não traria um homem para casa ou até mesmo não pensaria em coabitar ou casar novamente para não desagradar seus filhos (Carpenter, Nathason e Kim, 2006). Talvez, para essas mulheres, a solução para um relacionamento seria o “LAT” - que são pessoas que, embora se definam como casais, habitam em residências distintas, conforme já mencionado anteriormente. Estudos demográficos realizados nos Estados Unidos já contabilizam que um terço dos adultos que não são casados ou não coabitam com seu parceiro se relacionam através do modelo LAT (Strohm et al., 2009). Esta seria uma forma de manter a privacidade e autonomia, embora “alguns terapeutas vejam o estabelecimento de residências separadas como uma perda trágica, diminuindo, e até mesmo negando, a possibilidade da verdadeira intimidade” (Bair, 2010, p. 286).

De acordo com Sakraida (2005), adaptar-se ao papel de divorciada e/ou mãe solteira engloba uma nova identidade e uma gama maior de obrigações. As mulheres então se encarregam de tarefas, que antes eram geralmente contribuições de rotina do seu ex-cônjuge como, por exemplo, os consertos da casa e a administração das finanças. Assim, a maioria percebe que precisa se reinventar como solteira e não pode mais voltar atrás. Além disso, o mercado de trabalho e suas competências exigidas podem representar um problema para algumas donas de casa de tempo integral e para as que possuem menos qualificações (Bogolub, 1995). Grande parte das mulheres segue em frente, na busca de uma atividade rentável, independentemente da divisão dos bens.

A pesquisa de Bair (2010) confirma os dados encontrados pela AARP (2004) ao constatar que, entre as pessoas de 60 anos ou mais, a maioria das mulheres, diferentemente dos homens, não desejava casar novamente. Segundo o IBGE (2010), a partir dos 60 anos de idade, as taxas obtidas de casamento de pessoas do sexo masculino são mais que o dobro do que as de mulheres. Possivelmente isso ocorre em função de uma quantidade maior de mulheres neste grupo etário e, ao mesmo tempo, ratifica a característica dos homens de buscar, mais frequentemente, o recasamento, inclusive com mulheres mais jovens. Logo,

as mulheres separadas parecem recorrer a outros caminhos que não o recasamento, como, por exemplo, o autoconhecimento através de terapias, novos cursos, aulas de dança e viagens (VEJA, 2003; Bair, 2010). De acordo com Hammond e Muller (1992), independentemente da faixa etária em que ocorre a separação, as mulheres tendem a depender mais do que os homens de uma rede social em busca de suporte emocional durante o processo do divórcio. Bair (2010) fala sobre certa dificuldade dos homens em participar de atividades diferentes daquilo que faziam antes do divórcio, além de certa restrição em fazer amizades. As mulheres se mostram mais abertas para conhecer pessoas novas, como também acham mais fácil ir ao cinema e a restaurantes sozinhas.

Todas as pesquisadas de meia-idade de Sakraida (2005), relataram estar com mais saúde após a separação. Elas citaram melhores hábitos alimentares e a prática frequente de exercícios físicos. A preocupação com a saúde não é algo diretamente em resposta ao divórcio, mas não se pode negar que a ruptura do casamento estimula a melhoria da auto-estima e da qualidade de vida, em geral.

Como vimos, diversos autores (Cherlin, 1990; AARP 2004; Kingston, 2007; Bair 2010) pontuam a tendência do aumento das separações tardias conforme os “*boomers*” envelhecem. Bair (2010) esclarece que eles consideram o divórcio como uma opção para trazer felicidade para uma vida infeliz. Ainda segundo a autora, certos casamentos dos *boomers* acabam em amargura e recriminação, mas existem aqueles que foram capazes de terminar com civilidade e consideração. A palavra que todos do grupo usam, de uma forma ou de outra, é “felicidade”. Eles falam da “busca” por ela, a “luta” por ela e geralmente terminam enfatizando o “direito de ser feliz” (p. 336 e 337).